



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10882.901350/2013-93  
**Recurso** Especial do Contribuinte  
**Acórdão nº** **9303-012.772 – CSRF / 3ª Turma**  
**Sessão de** 10 de dezembro de 2021  
**Recorrente** CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2009

**ERRO FORMAL PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL. PREVALÊNCIA.**

Embora a DCTF seja o documento válido para constituir o crédito tributário, se o contribuinte demonstra que as informações nela constantes estão equivocadas, pois prestadas erroneamente, deve-se prestigiar os Princípios da Verdade Material, afastando quaisquer atos da autoridade fiscal que tenham se baseado nas referidas informações equivocadas.

Ou seja, o mero erro formal do contribuinte, consubstanciando erro nas informações prestadas em declarações obrigatórias não prevalece, quando comprovada a verdade dos fatos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, por maioria de votos, em dar-lhe provimento parcial para afastar a necessidade de retificação da DCTF, até o momento da DCOMP, com retorno para a Unidade Preparadora, para análise das demais matérias do processo. Vencido o conselheiro Jorge Olmiro Lock Freire, que lhe negou seguimento.

*(documento assinado digitalmente)*

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em exercício

*(documento assinado digitalmente)*

Tatiana Midori Migiyama - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Rodrigo da Costa Pôssas (Presidente em Exercício), Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Tatiana Midori Migiyama (Relatora), Rodrigo Mineiro Fernandes, Valcir Gassen, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran e Vanessa Marini Cecconello.

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo contra acórdão 3301-005.636, da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso voluntário, consignando a seguinte ementa:

*“ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL*

*Ano-calendário: 2009*

*PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. ERRO EM VALOR DECLARADO EM DCTF. VERDADE MATERIAL. ÔNUS DA PROVA.*

*A alegação de que se deva respeitar o princípio da verdade material implica na oferta de elementos de prova. O ônus de prova é de quem alega. A busca da verdade material não se presta a suprir a inércia do contribuinte que tenha deixado de apresentar as provas necessárias à comprovação do crédito alegado.”*

Insatisfeito, o sujeito passivo interpôs Recurso Especial contra o r. acórdão

- Tendo em vista que a Recorrente auferiu receitas financeiras no período ora discutido, em razão de aplicações financeiras, juros ativos, variações monetárias etc., nos termos do art. 373 do então vigente Regulamento do Imposto de Renda, tem-se que a totalidade dos recolhimentos de PIS efetuados em agosto de 2009 era integralmente indevida, já que tais receitas financeiras estavam sujeitas à alíquota zero de PIS;
- Conforme se verifica do balancete juntado aos autos (fls. 119-121), referente ao mês de agosto de 2009, a Recorrente auferiu R\$ 7.209.858,92 em receitas, sendo a integralidade desse montante relativa a receitas

financeiras, sujeita à alíquota zero de PIS. Portanto, verifica-se que, em verdade, o débito de PIS constante da DCTF da Recorrente nesse período, no valor de R\$ 30.350,29, é indevido;

- valor total das receitas financeiras auferidas também pode ser verificado com base no Detalhamento do Cálculo do Easy-Way do PIS de agosto de 2009 (fls. 123-126), bem como através do Demonstrativo de Contribuições Sociais (“DACON”) de agosto de 2009 (fls. 128-133).

Em despacho às fls. 240 a 243, foi dado seguimento ao Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo.

Contrarrazões foram apresentadas pela Fazenda Nacional, que trouxe, entre outros, que:

- Os pagamentos efetuados mediante DARF (vinculados a débitos declarados em DCTF) somente se caracterizam como indevidos ou a maior, quando o contribuinte retifica a DCTF, informando corretamente o débito (a menor). Desta forma, somente a partir da apresentação de uma DCTF retificadora poder-se-ia reputar existente eventuais créditos do contribuinte, decorrentes de pagamentos indevidos ou a maior por terem sido vinculados a débitos declarados anteriormente em DCTF. Com isso, restaria, então, conformada juridicamente a existência de crédito tributário passível de restituição;
- No caso que aqui se tem, entretanto, a contribuinte não retificou a DCTF antes de apresentar o PER, de modo que não restou juridicamente firmada a existência do pagamento indevido alegado, o que retira do aludido crédito requisito essencial que a lei impõe a ele para que possa ser objeto de repetição.
- Ressalte-se que a certeza e liquidez do crédito é requisito essencial para o deferimento da restituição, devendo restar comprovado o efetivo pagamento indevido ou a maior que o devido;
- Por óbvio que não se está aqui a afirmar que o crédito contra a Fazenda Nacional existe ou não existe, dado que não é isto que importa para o

caso concreto que aqui se tem. O que se afirma, e isto sim, é que só a partir da retificação da DCTF é que a contribuinte passa a ter crédito contra a Fazenda devidamente conformado na forma da lei. Assim, a retificação efetuada pode produzir efeitos em relação a PER apresentado posteriormente à retificação, mas não para validar pedido de restituição anterior

Embargos inominados foram opostos pelo sujeito passivo – requerendo adequação do despacho de admissibilidade, por conta do equívoco cometido em despacho quanto à referência ao dispositivo.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheira Tatiana Midori Migiyama – Relatora.

Depreendendo-se da análise do Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo, entendo que devo conhecê-lo, eis que observados os requisitos do art. 67 do RICARF/2015 – com atualizações posteriores. O que concordo com o exame de admissibilidade constante em despacho.

Ora, no acórdão recorrido, o colegiado *a quo* entendeu que os pagamentos efetuados mediante DARF somente se caracterizam como indevidos ou a maior quando o contribuinte retifica sua DCTF, informando corretamente o valor do débito. O que concluiu que, independentemente da ocorrência de um erro de fato, a existência do indébito incluído em pedido de restituição está vinculada à retificação prévia da DCTF.

Observa-se que em momento algum houve a análise do crédito, para determinar se houve pagamento indevido ou não, tampouco dos documentos acostados pelo sujeito passivo em sede de impugnação.

No acórdão indicado como paradigma de n.º 1302-001.540 foi dada interpretação divergente para situação semelhante – qual seja, de que o mero descumprimento de obrigação acessória não poderia afastar o direito creditório do sujeito passivo.

Quanto ao equívoco apontado em embargos do sujeito passivo, nesse momento, considerando que o colegiado tem a atribuição de apreciar se o recurso deva ou não ser conhecido, entendo não haver necessidade de o despacho ser refeito, considerando que o resultado foi justamente por admitir o recurso. Cabendo, assim, a esse colegiado analisar e ponderar sobre os aspectos e condições para conhecê-lo ou não, nos termos do RICARF/2015.

Em vista do exposto, voto por conhecer o Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo.


Quanto ao mérito, entendo que assiste razão ao sujeito passivo – o que recorro que essa turma já proferiu entendimento nesse sentido através do acórdão 9303-008.109, que consignou a seguinte ementa:

*“ERRO FORMAL PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL. PREVALÊNCIA. Embora a DCTF seja o documento válido para constituir o crédito tributário, se o contribuinte demonstra que as informações nela constantes estão equivocadas, pois prestadas erroneamente, deve-se prestigiar os Princípios da Verdade Material e da Moralidade Administrativa, afastando quaisquer atos da autoridade fiscal que tenham se baseado nas referidas informações equivocadas.*

*Ou seja, o mero erro formal do contribuinte, consubstanciando erro nas informações prestadas em declarações obrigatórias não prevalece, quando comprovada a verdade dos fatos.”*

No presente caso, trata-se de processo de PER 07711.81081.040113.1.2.04-9968 – onde foi requerida a restituição de R\$ 30.350,29 de PIS do período de 31.8.2009 (recolhido a maior em setembro de 2009), conforme demonstrado em DARF:

**Pagamento Eletrônico de Tributos/Contas de Consumo Bradesco**  
**Comprovante de Pagamento**

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b> Documento de Arrecadação de Receitas Federais <b>DARF</b>	<b>02</b> PERÍODO DE APURAÇÃO	31/08/2009
	<b>03</b> N.º DO CPF OU CNPJ	061.529.343/0001-32
<b>01</b> NOME / TELEFONE	<b>04</b> CÓDIGO DA RECEITA	6912
	<b>05</b> NÚMERO DE REFERÊNCIA	0000000000000000
CIDADE DE DEUS CIA COML DE PARTICIP	<b>06</b> DATA DE VENCIMENTO	25/09/2009
	<b>07</b> VALOR DO PRINCIPAL	R\$ 30.350,29
<b>ATENÇÃO</b> É vedado o recolhimento de tributos administrados da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.	<b>08</b> VALOR DA MULTA	R\$ 0,00
	<b>09</b> VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL-1.025/69	R\$ 0,00
	<b>10</b> VALOR TOTAL	R\$ 30.350,29
	<b>11</b> AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	92120516602222032240221212

O DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais acima, foi pago através do PTRD - Pagamento Eletrônico de Tributos, dentro das condições especificadas, conforme Instrução Normativa RFB nº 738 de 02/09/2007.  
 O recolhimento consta no extrato da conta junto a agência 1-9, data de pagamento 25/09/2009.  
 N.º do Documento: 08152934300012090902500001  
 Agência Bradesco - SAC - 0800 704 6383 Deficiente Auditivo - 0800 722 8099, atendimento 24 horas, 7 dias por semana, Duviodoria - 0933 727 9933, atendimento de 2ª a 6ª feira das 8h às 18h, exceto feriados

**Banco Bradesco S/A**

Conforme balancete de agosto/09, o sujeito passivo auferiu R\$ 7.209.858,92 em receita financeira – o que alega que o DARF recolhido se referia ao PIS sobre tal receita e que havia, assim, recolhido a maior, pois vigorava à época o Decreto 5.442/05 – que, por sua vez, reduziu as alíquotas das contribuições incidentes sobre as receitas financeiras.

Sendo assim, ressurgindo que o entendimento dessa turma se resume “*o mero erro formal do contribuinte, consubstanciando erro nas informações prestadas em declarações obrigatórias não prevalece, quando comprovada a verdade dos fatos.*”, bem como, depreendendo-se da leitura dos autos, vê-se que em nenhum momento foi analisado os documentos acostados pelo contribuinte em sede de impugnação que poderiam ser analisados pelos julgadores, inclusive pelos nobre componentes da DRJ.

Nesse sentido, voto por dar provimento parcial ao Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo para afastar a necessidade de retificação da DCTF até o momento da DCOMP, com retorno para a unidade preparadora para análise das demais matérias do processo.

É o meu voto.

*(Assinado digitalmente)*

Tatiana Midori Migiyama